



Representações midiáticas de pessoas vivendo com HIV: produção de um guia informativo para profissionais de comunicação¹

Ismael Vasconcelos - UFMA²
Flávia de Almeida Moura - UFMA³

RESUMO:

A presente pesquisa investiga as representações midiáticas sobre pessoas que vivem com HIV/AIDS, destacando a importância da mídia no combate ao estigma e à discriminação. A mídia, neste trabalho, é entendida como um meio de construção de sentido sobre a realidade. Desta forma, o estudo ainda em andamento busca entender como se deu, ao longo do tempo, a associação entre pessoas com sorologia positiva para HIV e a ideia de risco, um fator que impacta diretamente a qualidade de vida destas pessoas. O objetivo final é a elaboração de um guia para jornalistas a fim de contribuir para a transformação dessas representações. Para isto, foram analisados recortes de matérias jornalísticas coletadas do site Hemeroteca Digital.

Palavras-chave: HIV/AIDS; Mídia; Representação; Comunicação.

1. INTRODUÇÃO

No início da década de 1980 surgiram os primeiros casos de AIDS no Brasil, e pouco se sabia a respeito do que se tornaria uma das maiores epidemias da história. A doença logo foi associada às relações homoafetivas e ficou conhecida, vulgar e metaforicamente, como *peste gay*. Essa construção social corrobora ainda hoje para o tratamento discriminatório e crenças estigmatizantes em relação às pessoas que vivem com HIV/AIDS.

¹ Trabalho enviado para o II Encontro Nacional de Pesquisa Aplicada em Comunicação na trilha Comunicação, Direitos Humanos, Saúde e Acessibilidade, na modalidade artigo.

² Mestre em Comunicação. Jornalista com especialização em Marketing Digital. Email: vasconcelos.ismael@discente.ufma.br

³ Doutora em Comunicação. Professora do Departamento de Comunicação e do PPGCOMPro/UFMA. Email: flavia.moura@ufma.br



O que sucedeu este primeiro momento de descoberta foi uma série crescente de novos casos; atitudes preconceituosas de uma população desinformada e tentativas científicas de conter a disseminação das infecções como, por exemplo, a descoberta, no ano de 1987, da Zidovudina ou AZT, primeiro fármaco utilizado para tratamento; e dos Inibidores de Protease, no ano de 1995, até chegarmos ao tratamento antirretroviral oferecido, atualmente.

As respostas políticas também se configuram como um aspecto relevante na rememoração da história da AIDS, tendo em vista a sua funcionalidade no curso do enfrentamento à doença. Cueto (2021) aponta que o Brasil se tornou referência no controle das infecções, devido à adoção de uma política preventiva abrangente, embora tenha regressado anos depois.

Um dos avanços alcançados, no decorrer da história, foi o fornecimento facilitado e gratuito do tratamento, porém um obstáculo encontrado é o mesmo que se evidenciou logo nos primeiros anos da epidemia, o estigma e a discriminação, que dificultam o acesso aos medicamentos e comprometem a qualidade de vida de pessoas que vivem com HIV.

Segundo a UNAIDS, estes fatores podem despertar, na maioria dos casos, o medo das pessoas em procurar por informações, serviços e métodos de redução do risco de infecções para evitar serem vistas como suspeitas. Pessoas vivendo com o HIV também podem deixar a procura por medo de violência ou recriminação por parte de amigos e familiares.

Essa percepção do “outro” enquanto uma ameaça é um efeito comum à sociedade contemporânea. Segundo Beck (2010), a modernidade tardia traz o “risco” como um traço fundamental, uma vez que os constantes avanços tecnológicos podem resultar em consequências incalculáveis. Esse contexto de ameaça iminente provoca uma disputa entre governos, empresas e meios de comunicação sobre a definição e dimensão dos riscos por meio de “narrativas que prometem proteger a população” (Sacramento, 2021).



A definição dos grupos de risco pelos órgãos de saúde, somada a medidas como o isolamento e à estrutura das narrativas jornalísticas sobre a identificação dos primeiros casos corroboraram para esta definição do “outro”, do agente transmissor da AIDS, durante os primeiros anos da epidemia do HIV, que neste caso, foi associada a pessoas homoafetivas.

Esta ideia da AIDS enquanto uma doença “do outro” permanece até os dias atuais. Um estudo feito pela UNAIDS com um grupo de 1.784 pessoas, entre abril e agosto de 2019, aponta que pelo menos 64,1% dos entrevistados sofreram estigma e discriminação por conviverem com HIV/AIDS; enquanto 41% sofreram discriminação por membros da própria família. Os resultados também apontam que 25,6% do grupo foi vítima de assédio verbal.

Embora o estigma seja um obstáculo evidente no enfrentamento ao HIV/AIDS, ainda é necessário refletir sobre os sentidos produzidos socialmente a respeito de pessoas soropositivas. Entre as práticas sociais, optou-se por analisar as representações da mídia sobre este público, tendo em vista a sua participação significativa no dia a dia das pessoas, e partindo da concepção do estigma e discriminação enquanto um problema de comunicação, uma vez que estão relacionados aos processos de produção de sentido sobre a realidade.

Com base neste contexto, a presente pesquisa busca compreender de que forma a mídia pode transformar a representação de pessoas que vivem com HIV a partir da compreensão das narrativas construídas sobre este tema. Para isso, foram coletados recortes de matérias jornalísticas veiculadas sobre este assunto com base em uma linha histórica com os principais marcos da epidemia, por meio da plataforma Hemeroteca Digital. O trabalho que ainda está em andamento tem como objetivo final a produção de um guia para profissionais de comunicação sobre o HIV e a AIDS, apresentando a história da epidemia e propondo abordagens mais humanizadas a partir da reflexão sobre os sentidos produzidos a partir dos conteúdos veiculados sobre este tema, ao longo do tempo.



Desta forma, esta pesquisa surge como uma alternativa de somar esforços ao enfrentamento da epidemia, mas sobretudo com o intuito de dar visibilidade às pessoas que vivem sob o medo da suspeição ou sob olhares discriminatórios. Se o estigma e a discriminação segregam pessoas que vivem e que não vivem com HIV/AIDS, a construção de narrativas jornalísticas mais humanizadas podem ser um passo a favor da transformação das representações sobre este público.

2. A EPIDEMIA DO HIV/AIDS E SUAS REPRESENTAÇÕES

Pensar a representação midiática de pessoas vivendo com HIV exige uma compreensão aprofundada das categorias sociais e históricas envolvidas, dado o impacto significativo da epidemia na humanidade e as consequências do estigma e discriminação que persistem até os dias atuais. A forma como a mídia constrói essas representações afeta diretamente o acesso ao tratamento, a percepção social da doença e a maneira como os indivíduos diagnosticados com o vírus são vistos e tratados na sociedade. Historicamente, a construção de sentidos acerca do HIV/AIDS foi atravessada por discursos estigmatizantes e moralizantes, reforçados pela comunicação de massa.

Para compreender esse fenômeno, a pesquisa parte da categoria do risco na sociedade contemporânea, fundamentada em autores como Beck (2010) e Matheus (2010). Beck argumenta que os riscos são produtos dos constantes avanços tecnológicos, elementos que redefinem a vida moderna e impõem um estado de alerta constante. Ele destaca que os perigos contemporâneos, muitas vezes invisíveis, transcendem fronteiras e afetam toda a população. Matheus, por sua vez, ressalta o paradoxo entre segurança e insegurança, enfatizando que a percepção do risco está vinculada à intensificação da complexidade social. Marques (2002) aponta que a epidemia do HIV surgiu num período de otimismo sanitário, e a falta de conhecimento e preparo levou a estratégias que, ao mesmo tempo que tentavam conter a doença, reforçavam a discriminação e marginalização dos grupos mais afetados.



Este cenário demonstra como o risco está presente na contemporaneidade. Contudo, é válido ressaltar que, no decorrer do tempo, o conceito de risco passou por mudanças significativas. Enquanto na pré-modernidade o termo estava muito mais associado à probabilidade de perda ou ganho, na era moderna ele adquiriu uma carga evidentemente negativa ao ser entendido a partir da percepção do “perigo” (Minayo; Miranda, 2002).

Perigos vêm a reboque do consumo cotidiano. Eles viajam com o vento e a água, escondem-se por toda a parte e, junto com o que há de mais indispensável à vida- o ar, a comida, a roupa e os objetos domésticos- atravessam todas as barreiras altamente controladas de proteção da modernidade (Beck, 2010, p. 9)

Esta instabilidade coloca a confiança no topo das prioridades individuais (Matheus, 2010) por estar associada à sensação de segurança em um contexto marcado pela incerteza. Desta forma, observa-se uma disputa institucional em torno da definição dos riscos (Sacramento, Bastos; 2015). Pelos meios de comunicação há a produção de textos que funcionam como forma de alerta social e que apontam o agente responsável pela dor, contribuindo para a produção de sentidos sobre o conflito em questão.

Vaz (2010) aponta que a mídia frequentemente associa doenças a comportamentos individuais inadequados, transformando a prevenção em uma responsabilidade pessoal. Essa abordagem resulta, muitas vezes, na culpabilização dos indivíduos e reforça estereótipos negativos. No caso do HIV, essa construção narrativa resultou na metáfora pejorativa "praga gay", um rótulo que consolidou a ideia de que a doença estava restrita a determinados grupos sociais, dificultando a conscientização e reforçando o estigma e a discriminação.

A partir dos primeiros diagnosticados na década de 1980, viver com HIV/AIDS era sinônimo de uma prática sexual excessiva, desviante e desregrada. Essa construção social da AIDS, estabelecida à luz de conceitos preconceituosos e estigmatizantes, foi ancorada na moral dominante, patriarcal e heteronormativa da sociedade (Bruns, Fernandes, 2021, p.62)

A corrente dos Estudos Culturais ajuda a compreender o impacto da mídia na construção de significados. Escosteguy (2005) e Wolf (1999) destacam que a



comunicação de massa atribui sentido à vida social, sendo uma arena de disputas discursivas. Neto (1999) reforça que o jornalismo opera como um "espaço público" de debate, evidenciando tensões na definição da AIDS e na forma como diferentes atores sociais constroem narrativas sobre o tema. A inclusão de vozes de múltiplos setores — médicos, governantes, lideranças religiosas e ativistas — resulta em discursos fragmentados e, muitas vezes, contraditórios.

Apesar dos avanços na cobertura jornalística, Notaro (2021) aponta que o discurso sobre o HIV ainda se apresenta impessoal e distante, limitando a identificação do público com Pessoas Vivendo com HIV. Esse distanciamento tem relação direta com o modelo de jornalismo praticado no Brasil, que prioriza a objetividade e a informação direta, mas carece de empatia e humanização nas narrativas. O excesso de dados frios e a ausência de histórias humanizadas dificultam a criação de conexão emocional com o leitor.

2.1 Um pouco sobre a história da epidemia de HIV/AIDS no Brasil

A história da epidemia no Brasil remonta aos anos 1980, quando os primeiros casos foram identificados em homens gays, reforçando a estigmatização da doença e retardando as respostas governamentais. Marques (2002) destaca que a luta pelo controle da AIDS coincidiu com a redemocratização do país, fortalecendo movimentos sociais que reivindicavam políticas públicas eficazes. O Programa Nacional de AIDS, criado em 1985, representou um marco na resposta governamental, ainda que inicial e limitada.

O Brasil se destacou internacionalmente pela distribuição gratuita de antirretrovirais, resultado da pressão desses movimentos sociais e ONGs. Cueto (2021) ressalta que o país foi pioneiro no acesso universal ao tratamento, reduzindo a mortalidade e prevenindo novas infecções. Entretanto, nos últimos anos, observa-se um retrocesso, impulsionado pelo desmonte de políticas públicas e pelo fortalecimento de discursos conservadores que impactam a política de saúde pública.



Os dados epidemiológicos atuais demonstram a persistência do HIV como um problema de saúde pública. Segundo o Ministério da Saúde, entre 2007 e 2024, mais de 500 mil casos foram notificados no Brasil, sendo os jovens os mais afetados. Além disso, a discriminação ainda impede muitos de acessarem tratamento e prevenção adequados. O UNAIDS alerta que o progresso global no combate ao HIV ocorre de forma desigual. Enquanto algumas regiões avançam rapidamente, em outras, o número de infecções cresce devido ao estigma e à falta de acesso ao tratamento.

No Brasil, iniciativas como o Comitê Interministerial para Eliminação de Doenças Determinadas Socialmente até 2030, instituído em 2024, apontam para novos esforços, mas ainda há desafios estruturais e comunicacionais a serem enfrentados. A história da epidemia é marcada por avanços e retrocessos, onde a representação midiática continua sendo um elemento central na construção de significados sobre a doença e Pessoas Vivendo com HIV.

REPRESENTAÇÕES E LINGUAGEM JORNALÍSTICA

A pesquisa explora o conceito de representação com base em estudos teóricos fundamentais, considerando sua interseção com a linguagem e a representação midiática. Stuart Hall (2016) define a representação como um processo essencial para a produção e compartilhamento de significados em uma cultura, sendo a linguagem o meio pelo qual esses significados são construídos e disseminados. Esse processo ocorre através do uso de signos e símbolos, permitindo que ideias, conceitos e sentimentos sejam expressos e compreendidos.

A representação, segundo Hall (2016), é uma prática social que não apenas reflete a realidade, mas também contribui ativamente para a sua construção. Por meio da linguagem, os significados são fixados, negociados e transformados ao longo do tempo. O autor destaca três abordagens teóricas fundamentais sobre a representação: a reflexiva, que a entende como espelho da realidade; a intencional, que a vê como expressão do emissor; e a construtivista, que enfatiza a linguagem como mecanismo essencial na criação dos significados. Essa última abordagem



destaca que os significados não são inerentes às coisas em si, mas são construídos socialmente, sendo moldados por contextos culturais, históricos e políticos. Dessa forma, as representações podem perpetuar ideologias, reforçar relações de poder e influenciar diretamente a percepção coletiva sobre determinados grupos sociais e fenômenos.

Representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados pelos membros de uma cultura. Representar envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos. Entretanto, esse é um processo longe de ser simples e direto (Hall, 2016, p 31).

Dentro desse debate, Soares (2009) amplia a discussão ao identificar quatro perspectivas essenciais sobre a representação: representação mental, que se refere à forma como os indivíduos internalizam conceitos e constroem imagens mentais sobre o mundo; determinantes sociais, que vinculam a representação às estruturas sociais e históricas, demonstrando como o poder influencia a construção dos significados; representação mediática, que explora o papel dos meios de comunicação na formação da realidade socialmente percebida; e representação distribuída, que considera a interação entre agentes humanos, processos comunicativos e artefatos materiais na elaboração dos sentidos.

A representação, segundo Soares (2009), foi profundamente impactada pela evolução tecnológica e pelo advento dos meios de comunicação digitais, que intensificaram a disseminação de imagens e discursos a um ritmo acelerado. Desta forma, originou-se um novo tipo de representação, a representação midiática, que combina elementos visuais, sonoros e textuais para criar um efeito de realismo, dramatização e intensidade afetiva, conferindo um alto grau de verossimilhança às mensagens transmitidas.

A representação midiática do HIV/Aids exemplifica como a mídia pode ou não reforçar estigmas e preconceitos. Desde os anos 1980, a cobertura jornalística tem contribuído para a associação da aids a grupos específicos, como homossexuais, reforçando um imaginário coletivo discriminatório e excludente. Cueto (2021) destaca como a resposta à epidemia foi influenciada por discursos políticos e



sociais, resultando em uma representatividade midiática que ora reforçava o medo, ora buscava informar, mas nem sempre com um viés neutro. Expressões como "peste gay" e imagens de pacientes debilitados ajudaram a cristalizar uma percepção da doença como punição ou como uma ameaça social.

Sontag (2007) analisa o papel das metáforas na construção de estigmas e destaca que a aids foi frequentemente representada em termos de "invasão", "poluição" e "contaminação". Essas representações reforçaram o distanciamento social das Pessoas Vivendo com HIV (PVHIV) e perpetuaram o medo e a discriminação.

Todas as epidemias alarmantes, mas principalmente aquelas associadas à licenciosidade sexual, geram uma distinção entre os transmissores potenciais da doença (de modo geral, os pobres e, nesta parte do mundo, as pessoas de pele mais escura) e aqueles que são definidos — pelos profissionais da área de saúde e outros burocratas — como a “população em geral”. A aids deu origem a fobias e temores de contaminação semelhantes, no seio de uma versão específica da “população em geral”: heterossexuais brancos que não usam drogas injetáveis nem têm relações sexuais com pessoas que o fazem (Sontag, 2007, p. 81).

Ao tratar sobre a “Aids-notícia” em um contexto contemporâneo, Notaro (2021) aponta que a representação sobre a doença se desenvolveu em um desenho midiático que reforçou preconceitos que já existiam no senso comum, e apesar de avanços científicos e sociais, a cobertura midiática ainda trata o HIV/Aids com distanciamento, mantendo as pessoas que vivem com HIV em um anonimato, limitando a humanização das mensagens.

Diante desse cenário, Thompson (2011) propõe a análise da apropriação das mensagens midiáticas, considerando que o público não recebe passivamente essas representações, mas as resignifica com base em suas experiências, valores e contexto social. Assim, a percepção sobre o HIV/Aids pode variar de acordo com as interações e a compreensão individual dos discursos veiculados na mídia. Thompson (2011) argumenta que a interpretação das mensagens é influenciada por fatores históricos e culturais, permitindo que os indivíduos aceitem, rejeitem ou modifiquem os significados das mensagens.



Portanto, refletir sobre a construção das representações midiáticas do HIV/Aids, ao longo do tempo, é essencial para compreender os efeitos sociais dessas narrativas e buscar estratégias para elaboração de abordagens mais inclusivas. A construção de significados é um processo dinâmico e em constante evolução, e os meios de comunicação são elementos de participação fundamental para a desconstrução de estereótipos e promoção de debates mais equitativos e conscientes sobre a epidemia e seus impactos sociais.

3. ANÁLISE DOS RECORTES JORNALÍSTICOS

A pesquisa analisou a cobertura midiática da epidemia de HIV/AIDS desde os anos 1980, considerando os marcos históricos da doença e como a mídia construiu narrativas em torno do tema. A investigação se baseou em 40 recortes jornalísticos obtidos na Hemeroteca Digital Brasileira, com busca por palavras-chave como "AIDS", "HIV", "Epidemia", "Peste Gay" e "Câncer Gay".

Nos primeiros anos da epidemia, a cobertura midiática foi escassa. Os primeiros casos no Brasil foram notificados em 1982, e a noticiabilidade da AIDS aumentou em 1983. Nesse período, os jornais frequentemente associavam a doença a um grupo específico, denominando-a como "peste gay" ou "câncer gay". Susan Sontag (2007) aponta que a AIDS foi metaforizada como uma praga, refletindo estigmatização e preconceito. Um exemplo disso pode ser observado no jornal "Luta Democrática" (1983), que estampava o título: "Peste gay tem mais duas vítimas em SP". A reportagem reforçava a associação entre AIDS e homossexualidade, com trechos como: "A síndrome da deficiência imunológica adquirida, mais conhecida como câncer gay, com dois casos comprovados em São Paulo...".

A construção midiática da AIDS também se baseou na ideia de risco, fortalecendo a noção de "grupos de risco". O jornal "A Tribuna" (1983) noticiou a queda nas doações de sangue devido ao temor da doença, descrevendo os portadores de HIV como "os novos leprosos" e reiterando a vinculação da AIDS a homossexuais, haitianos, hemofílicos e usuários de drogas injetáveis. Essa



construção discursiva reforçava a AIDS como um problema do "outro", minimizando o risco para a população em geral.

Discursos religiosos também influenciaram a representação midiática da doença, ressignificando a AIDS como punição divina. O jornal "Correio Braziliense" (1983) publicou: "Castigo dos céus ou resultado de uma promiscuidade sexual muito grande, a 'praga gay' fez renascer velhas teorias obscurantistas e perigosas...". Vaz (2007) argumenta que a busca pela responsabilização do sofrimento resultou em discursos que evocavam concepções medievais de castigo divino.

O papel do jornalismo na disseminação de informações imprecisas também foi evidente. Matérias como "Vírus transmitido pelo Sêmen" demonstram a incerteza da comunidade científica e a falta de consenso sobre a transmissão do HIV. No entanto, mesmo sem evidências definitivas, a mídia enfatizava que a AIDS afetava principalmente homossexuais devido à "troca constante de parceiros".

Motta (2007) destaca que a estruturação de narrativas jornalísticas envolve a definição de um conflito central e a atribuição de papéis aos envolvidos. No caso da AIDS, a imprensa inicialmente estabeleceu um grupo de sofredores (homossexuais) que também eram vistos como responsáveis pelo avanço da epidemia, enquanto a "população geral" era retratada como vítima em potencial.

Ao longo dos anos, a cobertura sobre a AIDS passou por transformações, acompanhando os avanços na compreensão da doença e suas formas de transmissão. Entretanto, a estigmatização inicial teve impactos duradouros na percepção social do HIV/AIDS, reforçando preconceitos que ainda persistem. A pesquisa evidencia como o jornalismo teve papel central na construção de uma narrativa que, ao longo dos anos, exigiu reposicionamentos e reavaliações para combater estereótipos e desinformação.

Este é um resumo dos recortes analisados até a conclusão do presente trabalho. A pesquisa, atualmente, segue na etapa de análise dos materiais que devem servir como suporte para a elaboração de um guia para profissionais de



comunicação a respeito de coberturas mais responsáveis e humanizadas sobre a epidemia da Aids e sobre Pessoas Vivendo com HIV.

4. PROPOSTA DE PRODUTO

A mídia desempenha um papel central na construção de representações sociais, influenciando percepções e comportamentos sobre diversos temas. No caso do HIV e da AIDS, essa influência pode ser determinante para combater o estigma e a discriminação que historicamente dificultam a resposta social à epidemia, mesmo diante dos avanços científicos. Diante desse cenário, propõe-se a elaboração de um guia informativo destinado a profissionais de comunicação, com o objetivo de promover abordagens responsáveis.

O guia será estruturado de maneira didática e interativa, permitindo que jornalistas e comunicadores acessem informações precisas e orientações sobre a cobertura da epidemia. A primeira seção trará um panorama histórico do HIV e da AIDS, abordando os primeiros casos no Brasil, os avanços no tratamento e os principais marcos da resposta à epidemia. Para complementar esse conteúdo, serão disponibilizados materiais de apoio, como fotografias e vídeos, além de sugestões de filmes e livros sobre o tema. Ao final desta seção, um breve questionário permitirá aos leitores avaliarem seu conhecimento adquirido.

A segunda parte do guia foca na representação midiática da epidemia e das pessoas que vivem com HIV. Serão analisados recortes de matérias jornalísticas para evidenciar equívocos comuns, como o uso inadequado de termos e expressões que reforçam o preconceito. Também serão apresentadas recomendações para uma cobertura mais ética e, destacando a importância de uma linguagem respeitosa e alinhada às diretrizes de organismos internacionais. O guia incluirá um módulo final com um sumário elaborado pelo UNAIDS, trazendo terminologias adequadas para tratar da epidemia e das pessoas vivendo com HIV.

A produção do guia será dividida em três etapas. Inicialmente, será feita a organização textual do conteúdo, um processo que demandará aproximadamente



dois meses. Em seguida, serão reunidos os recursos audiovisuais de suporte, como imagens e vídeos, em um período estimado de um mês. Por fim, a diagramação do PDF interativo e o trabalho de revisão serão realizados em duas semanas, garantindo que o material final seja acessível e dinâmico.

O plano de distribuição prevê a apresentação do guia nas principais empresas de comunicação tradicional de São Luís, ampliando o alcance do conteúdo e incentivando sua adoção por profissionais da área. Para avaliar o impacto do material, será feito um mapeamento das notícias e reportagens publicadas após o lançamento do guia, analisando se houve mudanças nas abordagens utilizadas. Dessa forma, espera-se contribuir para a construção de uma mídia mais responsável, combatendo a desinformação e promovendo uma representação mais justa e respeitosa das pessoas que vivem com HIV.

5. CONCLUSÃO

Entre os resultados parciais do estudo em andamento, observou-se por meio da pesquisa documental que explorou textos jornalísticos produzidos entre a década de 1980 e 2020, a produção constante de um discurso de segregação, independente do momento histórico, como o tratamento de homossexuais como uma classe à parte da sociedade, sempre associados diretamente à AIDS e, em muitos casos, a ênfase na AIDS como uma doença, também, de prostitutas, usuários de drogas, e haitianos, os denominados “grupos de risco”.

Observou-se ainda o reforço frequente do medo da Aids e da rejeição aos homossexuais, apontados como vetores de transmissão e até mesmo como “os novos leprosos”. Além da referência à doença, na década de 80, por meio de metáforas estigmatizantes como “peste gay”, “praga gay”, “câncer gay” e “moléstia”, apesar do termo científico ser mencionado.

Mesmo que a parte majoritária dos textos reforçassem o estigma e a discriminação, foi observada uma pequena parcela de textos que apontavam para o preconceito existente na associação direta entre homossexuais e a AIDS.



Por volta de 1990, aproximadamente, alguns veículos de comunicação, como o Jornal do Brasil, abandonam o termo “peste gay” e observa-se uma produção ainda tímida de textos a respeito do preconceito e da conscientização sobre a Aids não ser uma doença de gays. Contudo, ainda há a predominância de termos que limitam os indivíduos ao seu status sorológico, como “portador da AIDS”, e a descrição deste unicamente por este viés.

Em torno de 1996, percebe-se que as mulheres passam a ser associadas à AIDS como um novo perfil da doença. Apesar de os textos apontarem que o HIV não está limitado a grupos de risco, o uso de certas expressões reforçou essa definição de um novo rosto para a epidemia. (ex: Epidemia de AIDS se feminiliza no Brasil).

Nos anos 2000, percebe-se que, mesmo com avanços científicos relacionados ao tratamento, ainda há uma grande parcela das produções jornalísticas que enfatizam a figura de homossexuais como sofredores do mal do século. Por fim, entende-se que, atualmente, esta associação ainda permanece por não serem desenvolvidas abordagens humanizadas sobre o assunto que tenham como foco principal a conscientização e que, por sua vez, não contribuam para a limitação dos indivíduos a um status sorológico, o que conseqüentemente, retarda o avanço de uma resposta social à epidemia.

6. REFERENCIAL TEÓRICO:

AMARAL, João JF. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza: UFC, v. 3, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico de HIV e AIDS. Brasília, DF: Secretaria de Vigilância em Saúde: Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis, 2022.

Beck, U. (2010). **Sociedade do risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora34.

BELO, Eduardo. **Livro-reportagem**. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2017.

CUETO, Marcos; LOPES, Gabriel. **O retrocesso na saúde global e o fim da excepcionalidade da AIDS no Brasil, 2007-2019**. Revista Global Public Health, v.17, n. 6, p. 815 - 826, mar. 2021.



EM PERIGO: Relatório Global sobre AIDS. Genebra: Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS; 2022. Licença: CC BY-NC-SA 3.0 IGO

ESCOSTEGUY, Ana Carolina et al. Estudos Culturais: uma introdução. **O que é, afinal, Estudos Culturais**, v. 3, 2005.

FERNANDES, Italo; DE TOLEDO BRUNS, Maria Alves. **REVISÃO SISTEMATIZADA DA LITERATURA CIENTÍFICA NACIONAL ACERCA DA HISTÓRIA DO HIV/AIDS.** Revista Brasileira de Sexualidade Humana, v. 32, n. 1, 2021.

FRANÇA, Martha San Juan. Ciência em tempos de Aids: uma análise da resposta pioneira de São Paulo à epidemia. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 13, p. 246-246, 2009.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. Representações, mediações e práticas comunicativas. **Comunicação, representação e práticas sociais.** Rio de Janeiro: PUC-Rio, p. 13-26, 2004.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HALL, S. **Representação: Representações Culturais e Práticas Significativas**. 2ª ed. Londres: SAGE Publications, 2016.

KRIPKA, Rosana Maria Luvizute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. **Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização.** Revista de investigaciones UNAD, v. 14, n. 2, p. 55-73, 2015.

LOPES, Paula. **Jornalismo e linguagem jornalística: Revisão conceptual de base bibliográfica.** 2010.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura.** Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

_____. **Jornalismo literário para iniciantes.** 2014.

_____. **O que é livro-reportagem.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

MARQUES, Maria Cristina da Costa. Saúde e poder: a emergência política da Aids/HIV no Brasil. **História, ciências, saúde-Manguinhos**, v. 9, p. 41-65, 2002.

Minayo, M. C. de S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde.** 14ª ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.** 2005. p. 05-09.



NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães et al . **O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração**. Pesqui. prá. psicossociais, São João del-Rei , v. 12, n. 2, p. 466-485, ago. 2017 .

PENA, Felipe. **Jornalismo Literário**. São Paulo: Contexto, 2006.

PEREIRA, Fábio Henrique. Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado: o jornalismo como profissão. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, 2004.

SACRAMENTO, Igor; MACHADO, Izamara Bastos. A imigração como risco para a saúde: uma análise das representações do imigrante africano na cobertura da Folha de S. Paulo sobre o ébola. **Comunicação e Sociedade**, v. 28, p. 25-47, 2015.

SANABRIA, G. V. Ciência, estigmatização e afropessimismo no debate sul-africano sobre a AIDS. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, Brasília, v. 13, n. 1, p. 22-51, jun. 2016.

SONTAG, Susan. **Doença como metáfora/AIDS e suas metáforas**. Editora Companhia das Letras, 2007.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de jornalismo impresso**. Letras Contemporaneas, 2005.

SPINK, Mary Jane P. et al. A construção da AIDS-notícia. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 17, p. 851-862, 2001.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna: A teoria crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

UNAIDS, 2023. Disponível em: <https://unaid.org.br/estigma-e-discriminacao/>. Acesso em: 9, mai. 2023. Sem autor: **Estigma e Discriminação**

VAZ, Paulo et al. O fator de risco na mídia. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 11, p. 145-153, 2007.

WOLF, Mauro; DE FIGUEIREDO, Maria Jorge Vilar. **Teorias da comunicação**. Presença, 1999.